



MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 506 149 811

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE “HIGIENIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO DAS MINAS DA BORRALHA - CENTRO DE OBSERVAÇÃO MECÂNICA DA ÁGUA”

Entre:

PRIMEIRO OUTORGANTE: Manuel Orlando Fernandes Alves, titular do cartão de cidadão número 0000000000, válido até 00/00/00, natural de 000000, concelho de 000000, e residente na f 000000, que outorga na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Montalegre, em representação do **Município de Montalegre**, com o NIPC 506 149 811, com sede na Praça do Município, n.º 1, Vila de Montalegre, 5470-214 Montalegre, conforme resulta da ata de instalação da respetiva Câmara Municipal de dezoito de outubro de dois mil e dezassete.

e

SEGUNDO OUTORGANTE: 000000, residente na 000000, titular do cartão de cidadão n.º 000000, que outorga na qualidade de representante legal da empresa **DOCDYNAMICS – Soluções de Gestão Documental e Informação, Lda.**, com o número de identificação fiscal 509 792 642, com sede na rua Alves Correia, nº 15, 5000-554 VILA REAL, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vila Real sob aquele mesmo número, com o capital social de cinco mil euros.

Entre as partes atrás identificadas, na qualidade em que intervêm neste contrato, é celebrado o contrato de prestação de serviços, o qual se regerá pelas condições e cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objeto da prestação de serviços)

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços, pelo representado do segundo outorgante ao Município de Montalegre, representado pelo primeiro outorgante, de elaboração da “**Higienização e Organização do Arquivo das Minas da Borralha - Centro de Observação Mecânica da Água**”, de acordo com as especificações constantes do caderno de encargos, convite, e da sua proposta, documentos cujo respetivo teor se dá aqui por integrado e reproduzido para os devidos efeitos legais, os quais depois de rubricados e assinados pelas partes ficarão arquivados no maço de documentos relativo a este contrato.

Cláusula Segunda
(Modo de execução e prestação de serviços)

A prestação de serviços a realizar no âmbito do presente contrato, deverá ser feita de acordo com o preconizado na sua proposta e na observância do disposto no convite e no caderno de encargos.

Cláusula Terceira
(Prazo de execução do contrato)

O presente contrato de prestação de serviços tem a duração até ao dia 31 de dezembro de 2019.

Cláusula Quarta
(Preço e condições de pagamento)

1. O pagamento da prestação de serviços objeto do presente contrato é feito no prazo máximo de 30 dias, após a receção da respetiva fatura.
2. O preço global para a prestação dos serviços objeto do presente contrato é de 40.000,00 € (quarenta mil euros), não incluindo o valor do IVA à taxa legal em vigor aplicável de 23%.
3. Para efeitos de pagamento, as faturas serão apresentadas mensalmente, até ao dia oito (8) do mês seguinte, correspondendo cada uma delas ao valor dos trabalhos executados nesse mês.

Cláusula Quinta
(Sigilo)

O representado do segundo outorgante garantirá sigilo quanto a informações que os seus técnicos e operadores venham a ter conhecimento relacionado com a atividade do representado do primeiro outorgante.

Cláusula Sexta
(Cessão da posição contratual)

1. O representado do segundo outorgante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem a autorização prévia e expressa do representado do primeiro outorgante.
2. Para efeitos da autorização prevista no número anterior, deve ser observado o disposto nos artigos 316.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Cláusula Sétima
(Fiscalização)

1. O primeiro outorgante fiscalizará a execução dos serviços a cargo do segundo outorgante no âmbito do objeto do presente contrato, podendo emitir instruções, recomendações e diretivas.
2. No caso de tais instruções, recomendações ou diretivas se traduzirem em encargos adicionais para o segundo outorgante, o respetivo montante pecuniário, previamente acordado, será suportado



MUNICÍPIO DE MONTALEGRE
CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 506 149 811

pelo primeiro outorgante.

Cláusula Oitava

(Da responsabilidade pela prestação dos serviços contratualizados)

O segundo outorgante é inteiramente responsável pela prestação dos serviços objeto do presente contrato e pela utilização dos meios humanos e equipamento, cabendo-lhe efetuar os necessários seguros da sua atividade, nomeadamente de acidentes trabalho e de responsabilidade civil extracontratual.

Cláusula Nona

(Casos fortuitos ou de força maior)

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas neste contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais obrigações à outra parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

Cláusula Décima

(Rescisão do contrato)

1. Em caso de incumprimento contratual, a parte lesada notificará a outra, concedendo-lhe um prazo de 24 horas para proceder ao cumprimento das obrigações em falta.
2. Se persistir o incumprimento, tem a parte lesada o direito de exigir a resolução do contrato, sem prejuízo das correspondentes indemnizações por perdas, danos e juros de mora, se for caso disso.
3. Para efeitos do disposto nos números anteriores, considera-se incumprimento definitivo quando houver atraso na prestação dos serviços contratados, superior a dois dias, por motivo imputável à contratada.
4. A resolução opera-se por simples comunicação escrita ao contraente faltoso, nos termos legais, com a indicação fundamentada das cláusulas contratuais não cumpridas.

Cláusula Décima Primeira

(Casos omissos)

Na parte não especialmente prevista no presente contrato, aplicar-se-ão as normas constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto.

Cláusula Décima Segunda
(Foro Competente)

Em todas as questões emergentes do presente contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, renunciando a representada do segundo outorgante ao foro de qualquer outra jurisdição.

Cláusula Décima Terceira
(Prevalência)

1. Fazem parte integrante do presente contrato o convite, o caderno de encargos e a proposta apresentada pela representada do segundo outorgante.
2. Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do presente contrato, seguidamente o caderno de encargos e em último lugar a proposta que foi apresentada pela representada do segundo outorgante.

Cláusula Décima Quarta
(Produção de Efeitos Financeiros)

O presente contrato começará a produzir efeitos financeiros a partir da data da sua publicitação no portal da internet dedicado aos contratos públicos, no sítio www.base.gov.pt.

Cláusula Décima Quinta
(Designação do Gestor do contrato)

Para efeitos do cumprimento do disposto no n.º1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 111-R/2017, de 31 de agosto, foi designado, como gestor do contrato, [nome do gestor], Diretor do Departamento de Planeamento e Gestão do Território, mediante despacho do Presidente da Câmara Municipal, datado 27 de agosto de dois mil e dezanove, com a função de acompanhar permanentemente a execução do contrato.

Cláusula Décima Sexta
(Disposições Finais)

1. Os pagamentos ao abrigo do presente contrato serão efetuados após a verificação dos formalismos legais em vigor para processamento das despesas públicas.
2. O procedimento relativo ao presente contrato obteve parecer prévio favorável por despacho do Presidente da Câmara Municipal Montalegre, datado de 27 de agosto de 2019.
3. A prestação de serviços objeto do presente contrato foi adjudicada por despacho do Presidente da Câmara, datada de 17 de setembro de 2019.



MUNICÍPIO DE MONTALEGRE

CÂMARA MUNICIPAL

NIPC 506 149 811

Cláusula Décima Sétima (Regulamento Geral de Proteção de Dados)

De acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (EU 2016/679 do P.E. e do Conselho de 27 de abril - RGPD), e depois de previamente informados acerca do conteúdo do RGPD, prestam expressamente o seu consentimento à incorporação e tratamento dos seus dados pessoais nos ficheiros e documentos utilizados neste Município.

Cláusula Décima Oitava (Aceitação)

O segundo outorgante aceita o presente contrato em nome e para a sua representada, com todas as obrigações que dele emergem, pela forma como fica exarado neste contrato e documentos que dele ficam a fazer parte integrante e atrás citados, renunciando expressamente, a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular.

Fazem parte deste contrato os seguintes documentos, os quais ficam arquivados no respectivo maço:

- Cópia do despacho que autorizou a abertura do procedimento de consulta prévia, exarado pelo Senhor Presidente da Câmara em 27 de agosto de 2019 (vide documento n.º 1);
- Cópia do Convite e do Caderno de Encargos, aprovados no âmbito do ajuste direto e enviados para os concorrentes (vide documentos n.º 2 e n.º 3, respetivamente);
- Cópia da proposta apresentada pelo adjudicatário (vide documento n.º 4);
- Cópia do relatório final, datado de 17 de setembro de 2019 e do despacho de adjudicação e de aprovação da minuta do contrato, exarado sobre o mesmo, pelo Senhor -Presidente da Câmara (vide documento n.º 5);
- Cópia da declaração subscrita pela adjudicatária a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos (vide documento n.º 6);
- Declaração emitida pela Segurança Social, obtida em 27-09-2019, (vide documento n.º 7);
- Certidão da situação tributária regularizada, obtida em 27-09-2019, (vide documento n.º 8);
- Certificados do Registo Criminal emitidos em 27-09-2019 (vide documento n.º 9);
- Cópia do compromisso n.º 1488/2019 (vide documento n.º 10).

O presente contrato foi feito em Montalegre, no dia trinta e um de outubro de dois mil e dezanove, em duplicado, sendo composto por 3 folhas, ocupando a frente e verso, e vai ser assinado pelos outorgantes, por o acharem conforme a sua vontade.

Pelo Primeiro Outorgante: _____

Pelo Segundo Outorgante: _____

CONTRATO AVULSO N.º 78/2019

